

Governo pode demitir 33 mil

ANGÉLICA WIEDERHECKER

BRASÍLIA – O governo deve demitir entre 25 mil e 33 mil servidores públicos federais não-estáveis, como parte do pacote fiscal que será anunciado hoje pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan. Um graduado assessor do Ministério da Administração Federal diz que a economia anual com essas dispensas ficará entre R\$ 400 milhões e R\$ 500 milhões. A proposta foi feita ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso em reunião no Palácio da Alvorada.

De acordo com técnicos do governo, os funcionários públicos que estão na mira da caneta do governo ocupam funções da chamada *área meio*, ou seja, desempenham funções de baixa qualificação dentro da máquina do setor público. Entre os órgãos

que serão mais afetados com as demissões estão a Fundação Nacional do Índio (Funai), a Fundação Nacional de Saúde (FNS) e a Escola Superior de Administração Pública (Enap).

O setores do governo considerados indispensáveis para o bom andamento da administração pública, como as Secretarias do Tesouro Nacional e do Orçamento, serão poupados dos cortes de pessoal. Os funcionários a serem demitidos recebem, em média, salário mensal que varia entre R\$ 1.100 e R\$ 1.300. Entre os funcionários não-estáveis, estão aqueles que conseguiram vaga no serviço público sem prestar concurso.

Sem estabilidade – As contas do grupo que vem trabalhando nos últimos dias no conjunto de medidas fiscais apontavam para um total de até 70 mil servidores federais

sem estabilidade no emprego, portanto, passíveis de demissão. Este número, no entanto, abrange funcionários que atuam em áreas estratégicas do governo e também servidores recém-concursados que ainda se encontram em período de experiência. Esses dois grupos serão poupados do corte.

A análise do governo é a de que o Executivo não pode se dar ao luxo de dispensar alguns de seus melhores quadros num momento de reestruturação dos gastos do governo. Além disso, os que se encontram em período de experiência foram admitidos em concursos públicos realizados recentemente para sanar graves carências de pessoal em setores da administração direta, como o de fiscalização.

O pacote de demissões, entretanto, não vai se reverter em economia para o governo

em curtíssimo prazo. Isso porque os funcionários demitidos terão direito a uma indenização que equivale a um salário por ano trabalhado no setor público. Os técnicos consideraram ainda que a dispensa de servidores é uma tarefa demorada, que dificilmente será implementada já a partir deste ano.

A expectativa é de que a medida tenha impacto sobre as despesas do ano que vem. A intenção do governo de dispensar os servidores não-estáveis já fora formalmente anunciada no início do mês de outubro do ano passado. No dia 14 daquele mês, o Executivo divulgou um pacote de medidas que abrangiam os ministérios da Fazenda, Planejamento, Previdência e Administração. O custo político da medida, no entanto, fez com que o governo adiasse sua implementação.